

## AMARANTE (Mancelos)

Mancelos é uma freguesia do concelho de Amarante, no distrito do Porto, sendo o seu orago São Martinho. O mosteiro de São Martinho de Mancelos dista cerca de 11 km da sede de concelho. Saindo de Amarante, seguir pela estrada N210, durante cerca de 1 km, na rotunda tomar a terceira saída na direção da estrada N211-1, andar cerca de 5,5 km e virar à direita em direção à rua de Mandim, andar 2 km e virar à esquerda no CM1195 e seguir a sinalização do Mosteiro de Mancelos, que se encontrará cerca de 2 km à frente, à esquerda.

O mosteiro encontra-se na orla da veiga do ribeiro da Cruz, com uma marcada implantação rural, rodeado de arvoredos e campos de cultivo alternados com pequenas parcelas onde se pratica a pastorícia. A freguesia é essencialmente agrícola e aí produz-se cereais, frutas e vinho. A paisagem envolvente ao mosteiro é ainda marcada pelo uso rotativo de pequenas parcelas que, a par com a pastorícia, indiciam uma utilização intensiva dos terrenos.

Durante a época romana, a localidade de Mancelos era cruzada pelo itinerário que, possivelmente ligava Braga a Mérida, no percurso que de Guimarães ia para *Tongóbriga*, importante cidade romana e atual freguesia de Freixo, concelho de Marco de Canaveses. Mancelos foi vi-gairaria da apresentação do ordinário e cabeça do couto de Mancelos. Na Idade Média integrava a terra de Sousa e no período moderno inseria-se no antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, a que pertenceu até à sua extinção em 24 de outubro de 1855. Foi sempre do arcebispado de Braga, mas em novembro de 1882 passou para a diocese do Porto.

### *Mosteiro de São Martinho*

A FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE MANCELOS remonta ao Condado Portucalense. Segundo Américo Costa, a igreja e o convento teriam sido fundados, em 1112, por Mem Gonçalves da Fonseca e sua mulher D. Maria Pais Tavares. Maria Leonor Botelho e Nuno Resende afirmam que não há grandes certezas quanto aos seus fundadores, embora existam bons argumentos a favor dos Portocarreiro, que terão desempenhado um importante papel na fundação e/ou proteção do dito mosteiro. Sottomayor Pizarro atesta que os nobiliários portugueses lembram D. Raimundo Garcia (1129-1152) como um dos primeiros daquela linhagem e que muito contribuiu para o sustento e engrandecimento daquele cenóbio.

O mais antigo documento conhecido sobre o mosteiro de Mancelos data de 1120. Trata-se do breve de Calisto II a favor do bispo do Porto, relativo à questão dos limites do burgo, e que menciona já o convento aí edificado, que pertencia aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Supõe-se, assim, que a fundação do cenóbio remonte ao primeiro quartel do século XII, durante o período de vida de Garcia Afonso e Elvira Mendes, primeiros da linhagem dos Portocarreiro, cujos descendentes se

tornaram patronos do mosteiro de Mancelos, inicialmente criado como espaço eclesial familiar.

Em outubro de 1131, Mancelos terá recebido carta de couto de D. Afonso Henriques, apesar de se desconhecer o original. Esta doação insere-se no período de expansão dos Cónegos Regrantes Agostinhos, no nosso território, que se localiza entre inícios do segundo terço do século XII e finais do primeiro terço da centúria seguinte. Esta Ordem Religiosa assumiu algumas características peculiares no panorama da história religiosa medieval. Os seus membros viviam em comunidade claustral motivando-os o ideal de uma vida apostólica proselitista e vocacionada para a pastoral *ad gentes*.

Do ano 1166 (Era 1204) data a epígrafe

IN ERA M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> IIII<sup>a</sup>

que, segundo Mário Barroca, é uma inscrição gravada em silhar avulso que se encontra atualmente descontextualizada, num espaço anexo à igreja, onde outrora fora o claustro, junto da sacristia do templo. Ainda segundo interpretação do mesmo autor, poderia referir-se à sagração ou dedicação do templo, apesar de nada nos indicar sobre



Exterior. Perspetiva aérea

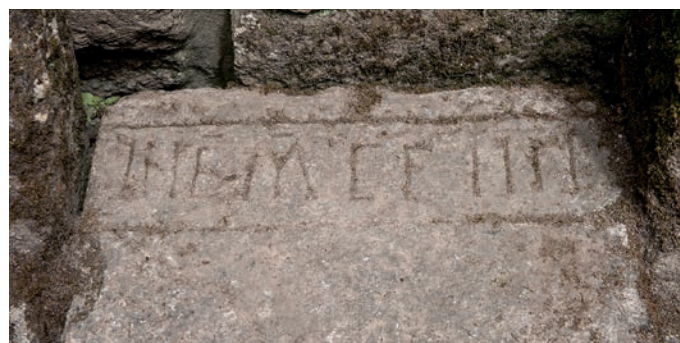
o evento comemorado, suposição que é confirmada pela sua qualidade epigráfica e pela possível existência de uma *ordinatio* na sua composição.

Terá existido outra inscrição em Mancelos, hoje desaparecida, mas memorizada por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck em 1726,

MCCC / OBI[it] M / ARTINUS

A mesma estaria gravada num silhar e encontrar-se-ia na ombreira da porta de acesso ao claustro, ou seja, do lado sul. Mário Barroca sugere que o “Martinho” a que se refere a epígrafe poderia ter sido um abade do mosteiro de Mancelos.

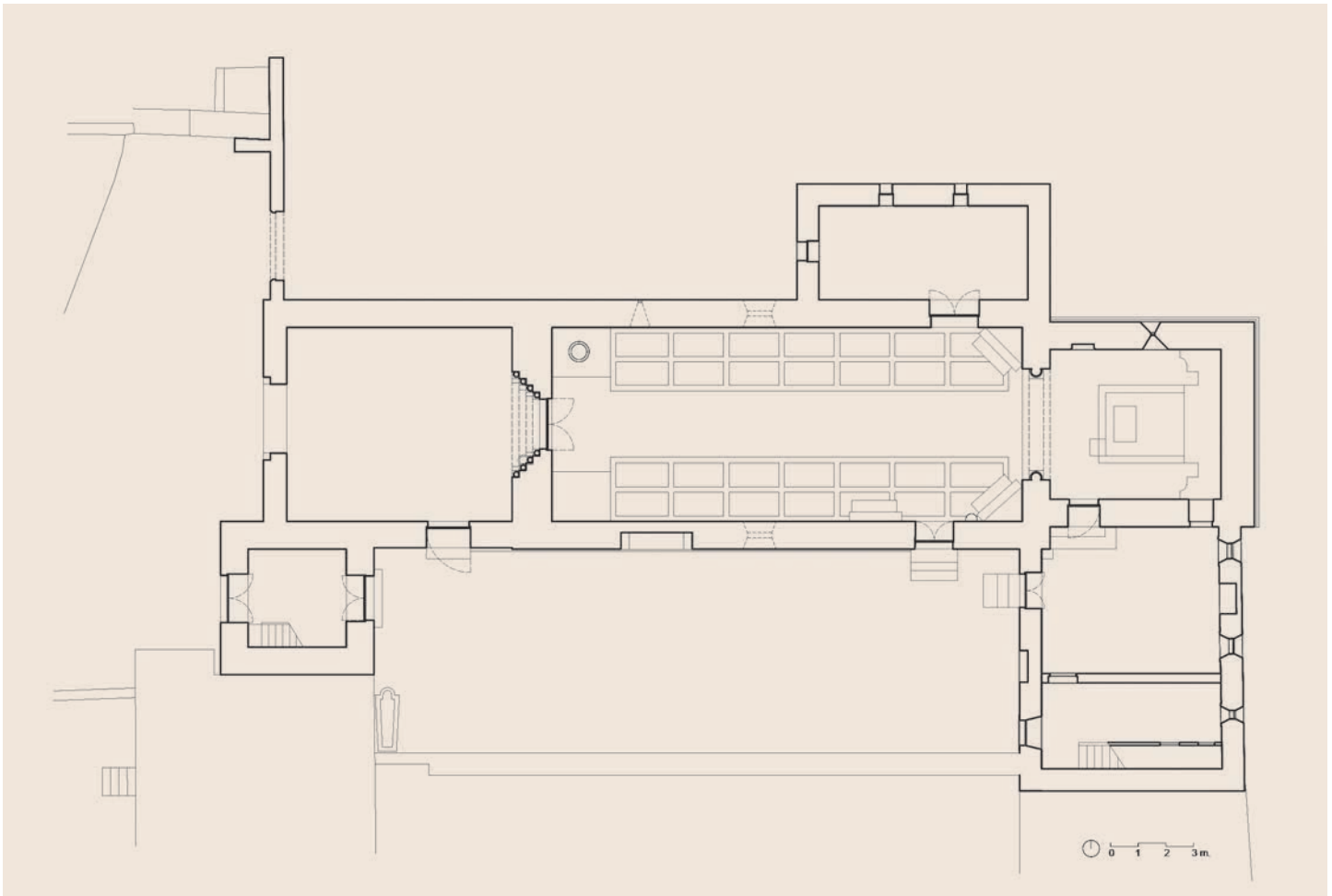
As Inquirições de 1220 registam que, no mosteiro de Mancelos, o rei não tinha qualquer reguengo, nem foro, e o cenóbio estava isento do pagamento de colheita ao rei. Segundo os inquiridores, o rei D. Sancho I abdicara da colheita a favor de João Fernandes, sepultado no mosteiro, e que o seu filho D. Afonso II confirmara essa doação através de uma *cartam plumbam*, juntamente com a rainha



Epígrafe avulsa

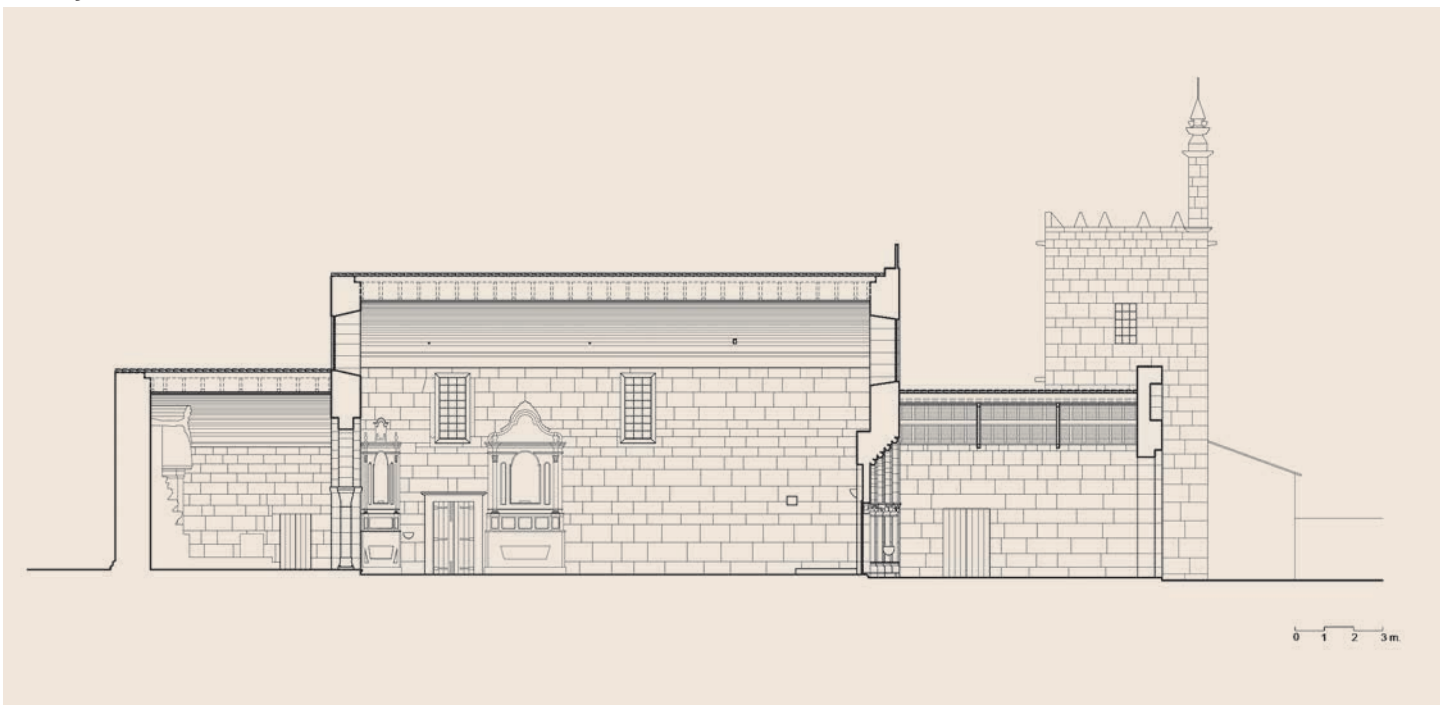
e os infantes. Os inquiridores afirmam ainda que o rei não era patrono do mosteiro e que o cenóbio era detentor de 63 casais e boas searas de pão e vinho no seu couto e fora dele, onde detinha outras propriedades.

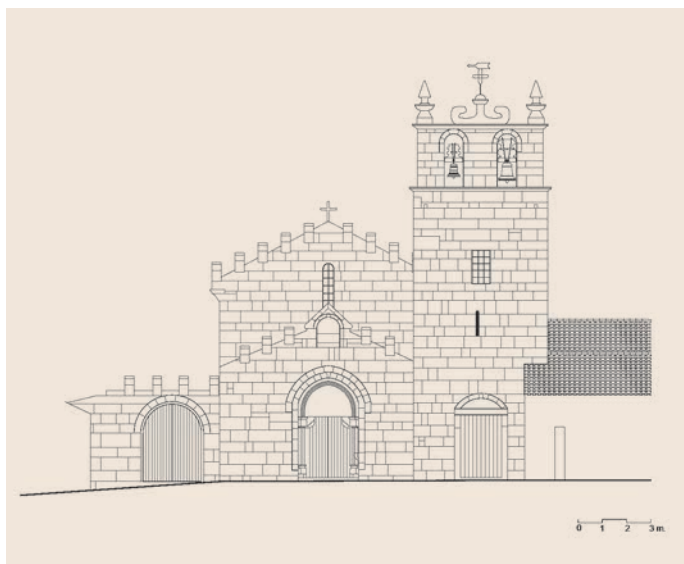
Nas Inquirições de 1258 é afirmado que o mosteiro tinha 52 dos 65 casais existentes no couto. O rei continuava a não ter aí qualquer reguengo nem o mosteiro dava colheita ao monarca.



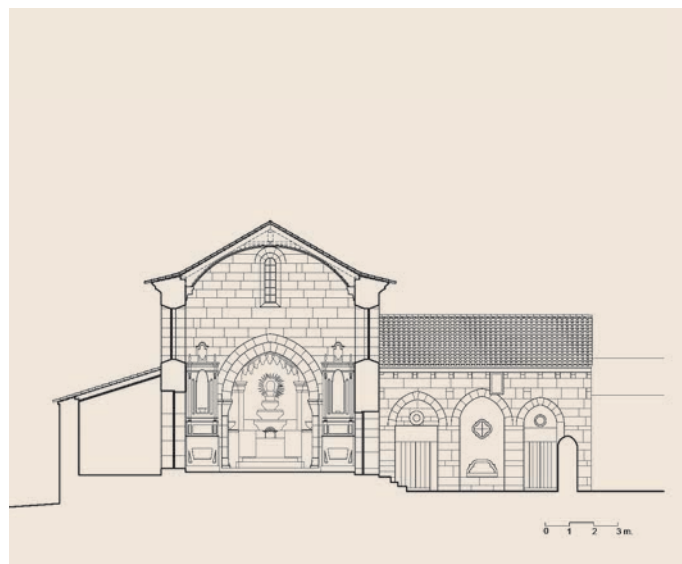
*Planta*

*Corte longitudinal*





*Alçado principal*



*Corte transversal*

Em 1264, o prior do mosteiro de Mancelos está entre as testemunhas que presenciaram a composição realizada entre o bispo do Porto e o mosteiro de Vila Cova, também de Regrantes, sobre a igreja de Tresouras (Baião).

Segundo as Inquirições de 1288, e respetivas sentenças e execuções de 1290, toda a freguesia de Mancelos era couto do mosteiro.

Vasco Domingues, cónego de Coimbra, no seu testamento de 1298, entrega ao mosteiro de Mancelos duas libras pela alma de sua avó.

No Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do Reino (1320) foi estabelecido o valor de 600 libras, com que o mosteiro deveria contribuir para o financiamento da Cruzada. Tratava-se de uma quantia significativa sobre-



*Fachada oeste*

tudo se comparada com outros mosteiros da região. Em 1339, Bento XII determinou a reforma da Ordem de Santo Agostinho e a mesma foi, comprovadamente, aplicada nos mosteiros regrantes do nosso território.

Nos séculos medievais haveria cerca de três dezenas de conventos de Cónegos Regrantes em Portugal. A crise que atingiu as comunidades monásticas e conventuais nos séculos XIV e XV também afetou este mosteiro. Só na arquidiocese de Braga, no século XV, foram extintos sete mosteiros regrantes e convertidos em igrejas paroquiais. O mosteiro de Mancelos sofreu roubos e destruições tanto no seu património fundiário como no edificado, por parte de nobres e senhores da região. Talvez por este motivo, o papa Nicolau V concedeu este mosteiro ao arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra, que ocupou o cargo de abade comendatário entre 1453 e 1467. Já antes, em 1432, 1433, 1437 e 1439, este arcebispo passara longas temporadas no mosteiro de Mancelos, aí sediando-se durante as visitas pastorais. José Marques afirma mesmo que o mosteiro de Mancelos foi um dos mosteiros que mais prendeu a atenção do arcebispo D. Fernando da Guerra e aquele a que esteve mais ligado.

Também o ciclo dos comendatários e administradores perpétuos se instalou entre os mosteiros de Cónegos Regrantes. No subsídio da coleta de 1516-1520, pago por mosteiros de Cónegos Regrantes, Mancelos foi obrigado

a contribuir com 120 ducados. Numa visitação efetuada aos mosteiros de Entre Douro e Lima, em 1528, publicada por Franquelim Neiva Soares e citada por Saúl Gomes, não obstante constatar-se o estado de ruína de algumas estruturas conventuais, em Mancelos subsistia uma pequena comunidade de cónegos.

O mosteiro de Mancelos fora, portanto, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho até 1540, mas depois D. João III doou-o aos Dominicanos de São Gonçalo de Amarante, tendo esta doação sido confirmada por Paulo II, em 1542. Metade dos dízimos do convento foi atribuída a São Gonçalo de Amarante e a outra metade ao convento de São Domingos de Vila Real.

João de Barros, no século XVI, afirmava que o mosteiro tinha prior e cónegos e que a sua renda era de mil cruzados, tendo noutros tempos sido mais elevada. Declara também que estava implantado num vale com abundância de vinho verde e muitas árvores.

Em 1726, Francisco Craesbeeck registou nas suas Memórias d'Entre Douro e Minho o historial do couto do convento e da igreja de São Martinho, cuja capela-mor era real.

As Memórias Paroquiais de 1758 não registam qualquer resposta do pároco de Mancelos, mas no suplemento às referidas memórias, redigido em 1832, o registo do pároco é muito lacónico. Refere apenas que Mancelos era



Sacristia

couto da comarca de Penafiel, tinha um convento de frades "dominicos" e que, nas Cortes de 1820, foram indicados 732 fogos com 2170 almas e que a igreja matriz era dedicada a São Martinho.

Segundo carta de 19 de outubro de 1864, enviada ao Diretor das Obras Públicas do Porto, o pároco Joaquim Lopes de Carvalho declarava que a igreja paroquial se encontrava "em deplorável estado pela sua muita antiguidade". O mesmo pároco afirmava que no arquivo da paróquia existia um manuscrito "muito antigo" que dizia que a igreja fora fundada antes da "aclamação" de D. Afonso Henriques, o que não nos dá certeza quanto à data, mas, certamente, seria anterior a 1143. Ainda segundo o seu relato, tinha uma torre "obra dos mouros" de pedra lavrada por dentro e, por fora, a entrada ou porta principal estava firmada sobre oito colunas e antes desta porta tinha uma "ante igreja ou galilé" e tinha um grande recinto e dois tanques. Refere ainda a existência de várias capelas, mas salienta que D. Fr. Bartolomeu dos Mártires (m. 1590) mandara demolir várias por "estarem mal ornadas".

Muito transformada, a igreja conserva ainda significativos vestígios da época românica. Foi durante a época moderna que se atualizou a sua estética arquitetónica, particularmente identificável ao nível da abertura de vários vãos de iluminação. O seu mobiliário litúrgico foi ainda modernizado, respondendo às necessidades catequéticas pós-tridentinas. Em 1864 deu o pároco nota ao Diretor das Obras Públicas do Porto do deplorável estado da igreja "pela sua muita antiguidade". Contudo, hoje, e da campanha da época barroca resta apenas o retábulo-mor, pois uma campanha realizada em dois momentos do século XX (1949 e 1979/85), pela DGEMN, procurou, através do restauro, enfatizar o caráter medievo da igreja de Mancelos.

Exterior. Alçado lateral sul da igreja. Arcossólio



A igreja do mosteiro de Mancelos está orientada e apresenta um desenvolvimento planimétrico longitudinal. A capela-mor retangular abre para a nave única, bastante alongada. No seu alinhamento surge a galilé retangular, fronteira à fachada principal e abrigando assim o portal. A sul desta, e com ligeiro avanço no alinhamento, adossa-se a torre sineira, quadrangular. Apesar do desenvolvimento longitudinal dos alçados, identifica-se uma considerável diferenciação de volumes, onde se destaca a nave retangular, mais alta que a capela-mor e a galilé e, naturalmente, a torre sineira pela sua verticalidade e volumetria. Accede-se ao conjunto monástico, composto ainda pelas estruturas que hoje assumem funções habitacionais, por adro desafogado. Sondagens recentemente efetuadas identificaram a presença de sepulturas escavadas na rocha do período medieval.

O aparelho da igreja, nos seus vários corpos, é pseudo-isódomo. Apesar da regra que se identifica ao nível da altura das diferentes fiadas, os silhares que as compõem apresentam diversas dimensões, uns quadrangulares e outros retangulares. Nalguns deles identificam-se siglas, mais um elemento denunciador do caráter tardio da fábrica de Mancelos. Ambos os alçados da nave apresentam profundas transformações realizadas em épocas posteriores à românica, de que se destacam os dois janelões retangulares que os rasgaram, caracteristicamente modernos, para melhor iluminação do espaço interior da nave. Tanto no lado norte como no sul, a cachorrada é lisa, assumindo a forma característica dos modilhões cerrados de traves de madeira. No lado norte da nave destacam-se diversas cicatrizes no exterior do paramento, reflexo das várias transformações por que foi passando o edifício. No lado sul, a meia altura da nave, uma série de modilhões acusa ter existido aí uma estrutura alpendrada, elemento tão característico da época românica, criando um abrigo ao nível do portal, aqui formado por uma porta de lintel reto.

É a sul da igreja que se encontram os mais significativos vestígios monásticos, em espaço que configura aquilo que foi o primitivo claustro, apesar de bastante transformado durante a época moderna. No alçado sul da nave, ao nível do pavimento, rasga-se um arcossólio que guarda arca sepulcral. Armando de Mattos referiu-se, em 1944, a este túmulo, destacando a sua *representação zoomórfica*. Mário Barroca integrou-o na família daqueles que têm *motivos singelos*, que a nós nos parecem uma cruz patada à esquerda do observador e dois animais, à direita, que mais parecem equídeos. Mais recentemente, foi identificado entre estes dois motivos, a representação de um homem segurando um objeto comprido em posição vertical na mão direita, apesar da difícil leitura provocada pelo avançado estado de

degradação da face do túmulo. Para Rodrigues, a tipologia da arca funerária é extremamente arcaizante, com uma tampa composta por duas águas, sem qualquer ornamentação, pelo que propõe estarmos diante de uma estrutura tumular anterior à cronologia que tem vindo a ser atribuída à edificação da igreja, ou seja, de meados do século XIII. O mesmo autor propõe uma interpretação do tema representado, remetendo para a Adoração dos Pastores onde um pastor, munido do seu bordão e liderando o seu rebanho, segura não uma cruz, mas a estrela que anuncia a Natividade. Por esta razão, sugere que na outra face do túmulo poderá estar representada a cena da Adoração dos Magos, concorrendo ambas para o tema bíblico da Epifânia. Não pudemos, contudo, confirmar esta proposta. Anos antes, Louis Garcia propôs uma leitura mais simples do mesmo tema onde viu representada uma cena envolvendo um lobo, uma cabra, um homem com uma lança e uma cruz.

Das estruturas monásticas remanescem vestígios significativos que foram incorporados na atual sacristia, adossada a sul da capela-mor e alinhada com esta, configurando assim o ângulo noroeste do primitivo claustro. No seu alçado exterior identificam-se três arcos quebrados, hoje entaipados, que nos permitem adivinhar a adaptação de

um espaço de época anterior às novas funções. Uma cornija é sustentada por cachorrada idêntica à da nave, ou seja, composta por cachorros lisos. Um conjunto de moldilhões colocados no paramento, sobre o nível imediatamente superior aos arcos, permite-nos confirmar esta tese. Edificado em pedraria, estamos seguramente diante de um dos espaços mais importantes da estrutura conventual, cuja adaptação a sacristia terá ocorrido algures durante a época moderna conforme indica a forma da vigia, quadrilobada, e do nicho rasgados no arco central. Nos arcos das extremidades foram abertas portas de lintel reto encimadas por óculos circulares.

A sul da igreja, adossada à galilé, e abrindo para este espaço, posiciona-se a torre de três pisos. Nos alçados laterais e no posterior, voltado ao espaço do primitivo claustro, a torre é coroada por um conjunto de merlões de perfil piramidal, enfatizando um caráter militar e retórico, que se quis associar a este tipo de construções e que vamos ver replicado na galilé e corpo da igreja. Na fachada principal, a torre é rematada por uma dupla sineira assente sobre cornija e é coroada por pináculos e pequenas aletas que lhe foram colocadas durante a época moderna. Acede-se ao seu interior por um portal de volta perfeita, cortado por lintel

*Galilé. Perspetiva geral*





*Galilé. Capitéis do portal. Lado norte*

e, no seu eixo, vemos de baixo para cima uma estreita fresta e uma janela retangular.

A igreja do mosteiro de Mancelos é das poucas do período românico que conserva a sua galilé. Rasgada por um arco com ligeira quebra que permite o acesso ao interior, a sua empena é interrompida por um nicho que em tempos terá abrigado uma imagem, muito provavelmente de São Martinho. A galilé é mais baixa que a fachada principal, permitindo visualizar a empena desta última. Ambas são rematadas por merlões que ornam e recordam o recorte dos modilhões de proa góticos. Na fachada principal, uma estreita fresta permite a iluminação do interior da nave. No remate angular da sua empena, uma cruz terminal remete-nos para o período barroco.

A galilé enforma um espaço que na época românica terá assumido um particular papel na vida das comunidades, espaço de reunião e, por vezes, de tumulação. Com cobertura em madeira, abriga o portal principal da igreja de Mancelos. O portal acusa um arranjo erudito e denuncia a qualidade do estaleiro que no período românico trabalhou na edificação desta igreja. O arco envolvente mostra-nos uma modinatura decorada com motivos geométricos encadeados. Compõe-se de quatro arquivoltas ligeiramente quebradas que criam uma profundidade significativa ao portal e que lhe permitiu, recorrendo ao em-

prego dos toros diédricos, desenhar aqui um jogo subtil, mas erudito, de alternância de arestas vivas, das aduelas bem esquadriadas com a circularidade dos toros, esquema que se repete na composição criada pelas quatro colunas cilíndricas que sustentam o portal, de cada um dos lados, e as arestas desenhadas pelos pés direitos do muro onde este se inscreve. As bases destas colunas são bolbiformes. As arquivoltas apoiam-se em elegantes capitéis onde a escultura, de fino desenho, se prende já bastante ao cesto, aspeto denunciador do gótico que se aproxima. Embora se identifiquem diversos motivos nos capitéis, estes apresentam uma configuração relativamente homogénea. Destacam-se os motivos vegetalistas, num arranjo que deriva do modelo criado pelas volutas dos capitéis coríntios e que o românico tão bem apropriou, e os motivos fitomórficos que desenham enrolamentos, identificamos aqui várias tipologias de folhas estilizadas e abertas ao modo de flor-de-lis. As impostas são bastante elaboradas e compõem-se pela sobreposição de elementos boleados, prolongando-se além do próprio portal. Duas mísulas, onde foram esculpidas duas figuras, ao modo de atlantes, uma feminina, outra masculina. O seu caráter fruste contrasta com a qualidade do desenho dos capitéis, talvez por força da dureza do granito e da dificuldade do capiteleiro na conceção da figura humana. As mísulas sustentam um tímpano liso.





*Galilé. Capitéis do portal. Lado sul*

A igreja apresenta, no seu interior, um ambiente contido. A capela-mor foi bastante transformada durante a época moderna, conforme acusam os grandes janelões retangulares que a iluminam e a cobertura em madeira, sem qualquer elemento decorativo que nos permita datá-la com mais precisão. Acolhe mobiliário litúrgico da época moderna, de que destacamos o retábulo-mor e o cadeiral.

Uma fresta abocinada abre-se sobre o arco triunfal. Contido, este compõe-se de duas arquivoltas ligeiramente quebradas e lisas. A sua imposta é idêntica à do portal principal. Os seus capitéis estão picados, acusando por isso terem sido transformados num momento posterior ao românico. Sabemos que durante os restauros realizados pela DGEMN entre 1979 e 1985 foi eliminada uma grande sanefa de talha dourada que o encimava. O mais certo é ter sido durante a sua instalação que se tenham picado os capitéis românicos pois julga-se que foram substituídos, durante esta intervenção realizada na época moderna, por capitéis em madeira que completavam o conjunto que se queria barroco.

Também a nave da igreja, muito comprida, tem uma abóbada de berço em madeira. Os seus paramentos são em granito aparente e ora se rasgam por frestas com uma configuração românica, ora por janelões quadrangulares idênticos aos da capela-mor.



*Galilé. Mísulas do portal*

A pia batismal, de granito, está no interior da nave e protegida por guarda de madeira, no lado esquerdo de quem entra e junto ao portal. É apenas ornada por um anel que delimita superiormente a base que sustenta a taça.

Atendendo à epígrafe que memora o ano de 1166 e que pode celebrar a Dedicção ou Sagração de Mancelos, podemos colocar a hipótese deste edifício ter sido iniciado ainda em meados do século XII, sendo a sua capela-mor aberta ao culto após a sua Dedicção e Sagração, nesse

ano de 1166. Uma interrupção da fábrica construtiva ou uma evolução com um ritmo mais lento, ao nível da edificação da nave, poderá justificar plenamente o carácter tardio do portal ocidental, apenas finalizado mais de um século depois. Três elementos concorrem para esta hipótese. A configuração apontada das arquivoltas, o desenho das impostas boleadas e o emprego de toros diédricos, elemento que encontramos em monumentos geograficamente próximos, como na igreja do Mosteiro de Travanca ou na igreja de Freixo de Baixo, ambos em Amarante. Os toros diédricos surgem pela primeira vez nos edifícios românicos da região do Porto, Sé e São Martinho de Cedofeita, edificados a partir de meados do século XII e acusam serem provenientes da região de Limoges (França). Estes aspetos permitem-nos ajuizar que a igreja de Mancelos começou a ser edificada em meados do século XII, mas que a sua construção se prolongou no tempo, pelo que deveremos datar a conceção do seu portal do século XIII avançado.

Interior. Arco triunfal e abside



O mosteiro de Mancelos destaca-se no panorama da arquitetura românica portuguesa pelo facto de conservar ainda alguns elementos significantes da sua estrutura primitiva. Além da igreja, preserva a sua galilé e torre. Persiste a configuração da sua estrutura claustral pois, segundo a já referida visitação de 1528, ainda tinha telha e madeira, que deveria ser mandada consertar pelo comendador, sob pena de pagar dez cruzados. Neste espaço remanesce aquilo que pode ter sido a sua sala capitular, entretanto convertida em sacristia. É por demais interessante a descrição que dele faz Américo Costa: "Tem a igreja um pátio, na entrada, fechado com uma cancella de ferro, e ao lado direito está a torre quadrada e coroada de ameias; segue a galilé ou ante-igreja que, da mesma forma que a torre e a frente da igreja, despede em ameias".

Durante a Idade Média, o mosteiro de Mancelos, de Cónegos Regrantes, foi muito próspero, mas a gestão dos abades comendatários, na segunda metade do século XVI, conduziu o instituto a um elevado estado de degradação, obrigando D. João III a entregá-lo à Ordem de São Domingos, assim permanecendo até à extinção das Ordens Religiosas, em 1834. As estruturas monásticas, já de uma outra época, foram adaptadas a outras funções, residenciais, o que se explica na sequência da desamortização ocorrida em 1834 e sequente alienação dos seus bens. Atualmente, a igreja é propriedade pública, com função cultural, mas a estrutura conventual é propriedade privada e está adaptada a residência.

Mancelos foi classificada com a categoria de Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº24 347 de 11 de agosto de 1934. Em 1979 foi-lhe criada uma Zona Especial de Proteção, pela Portaria nº332/79 de 9 de julho, por forma a salvaguardar o conjunto monástico remanescente. Integra a Rota do Românico desde 2010.

Texto: MLB/JL - Fotos: RR - Planos: MF/MS (sobre RR/IN/JC)

### Bibliografia

- BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 121 (de 1166) e n.º 353 (de 1262); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 140 (de 1166); BARROS, J., 2019, pp. 223 e 317; BOISSELLIER, S., 2012, p. 150; CENSUAL do Cabido da Sé do Porto, 1924, pp. 4 e 370; COSTA, A., 1929-49, 7, pp. 985-987; CRAESBEECK, F.X.S., 1992, pp. 231-234; DHRP, 2000-01, pp. 431-432, *sv* "Cónegos Regrantes de Santo Agostinho" (Saúl António Gomes); DMP, DR, p. 520, n.º 31; GEPB, 1935-60, 16, p. 69; GOMES, S.A., 2004a, pp. 256-261 e 275-276; LOIS GARCÍA, X., 1990, pp. 22-27; MARQUES, J., 1988, pp. 77-78, 548, 599, 634-638 e 745; MEM. PAROQ. 1758 (2009), p. 171; PMH, INQ., pp. 61, 151, 200, 249 (de 1220) e 606 (de 1258); PMH, INQ., 1288-91, p. 82; PORTAL DO ARQUEÓLOGO; RODRIGUES, J., 2014, pp. 93 e 95; ROSAS, L.M.C., 1995, II, p. 447; ROSAS, L.M.C. *et alii*, 2014a, pp. 349-375; SOARES, F.N., 1988-89, pp. 131-132; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2014, p. 66; SOUSA, B.V., 2016, p. 192; TEST. ECC. PORT., doc. n.º 2.40 (de 1298, dezembro, 28), p. 371.